

MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

Mais um caso — o da Colômbia — oferece-nos agora a nosologia política da América Latina. Desta vez, não se trata de revolução ou levante: é um golpe de Estado, semelhante ao que, em 1937, instituiu entre nós a ditadura. Estando em minoria no Congresso, dissolveu-o o presidente da República, para se ver livre da maioria liberal, que se lhe opunha.

Haverá nada mais lógico do que isto? Se ao presidente da República cabe exercer o governo e lho dificulta o Congresso, afaste-se o obstáculo do caminho, ainda que seja pela força. O que não se concebe é que o poder por excelência, o poder armado e municiado, deire de ser o poder, por simples capricho de outro poder, que, em verdade, nada pode.

E' lógico, mas é a lógica do presidencialismo, já que nada ele provê para a solução dos conflitos surgidos entre os dois poderes e, ainda menos, à nação não defere a função de resolvê-los. Outra é, porém, a lógica do sistema democrático representativo. Se uma divergência grave se produz entre os dois poderes políticos, ao povo, que afinal é ou deve ser o senhor, cabe derimi-la. E' o que permite o sistema parlamentar e taxativamente exclui o sistema presidencial de governo.

Tal é a razão profunda dos motins, revoluções e golpes de Estado, que quase tôdas as semanas se registram na América Latina. Objetar-se-á que nos Estados Unidos não se verificam semelhantes violências e que golpes de Estado tem-nos havido em países parlamentaristas. E' que, nos Estados Unidos, à lógica do regime se opõem outros fatores, como o temperamento, a educação e um forte instinto de liberdade, e, nas demais nações da América, pelo contrário, tende tudo a pô-la em ação. Quanto aos raros golpes de Estado e revoluções que se têm verificado em países parlamentares, direi que ninguém está livre de um acidente. Quanta gente forte e sã não tem quebrado a perna ou o braço?

Aqui reside, justamente, a diferença entre os dois regimes: num é inerente o mal ao sistema; no outro decorre de causas extrínsecas e acidentais.